

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.847.595
Preferenciais	0
Total	22.357.847.595
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.376.881	1.345.462
1.01	Ativo Circulante	137.138	121.419
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.629	2.673
1.01.02	Aplicações Financeiras	114.287	93.262
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	114.287	93.262
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	114.287	93.262
1.01.03	Contas a Receber	10.581	16.759
1.01.03.01	Clientes	10.581	16.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.118	5.454
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.118	5.454
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.183	2.018
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.340	1.253
1.01.08.03	Outros	1.340	1.253
1.02	Ativo Não Circulante	1.239.743	1.224.043
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	269.710	282.095
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	236.680	254.838
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	236.680	254.838
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.836	27.018
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.836	27.018
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	194	239
1.02.03	Imobilizado	9.643	9.030
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.643	9.030
1.02.04	Intangível	960.390	932.918
1.02.04.01	Intangíveis	960.390	932.918
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	498.647	501.479
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	461.278	430.921
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	465	518

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.376.881	1.345.462
2.01	Passivo Circulante	83.914	70.990
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.374	3.737
2.01.01.01	Obrigações Sociais	430	531
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.944	3.206
2.01.02	Fornecedores	24.173	22.564
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.173	22.564
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.927	2.242
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	862	1.032
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	862	1.032
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.065	1.210
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	54.033	41.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	33.866	37.797
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.866	37.797
2.01.04.02	Debêntures	20.167	3.336
2.01.05	Outras Obrigações	501	485
2.01.05.02	Outros	501	485
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	250	257
2.01.05.02.05	Outros Passivos	251	228
2.01.06	Provisões	906	829
2.01.06.02	Outras Provisões	906	829
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	906	829
2.02	Passivo Não Circulante	1.147.495	1.111.252
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.056.630	1.027.049
2.02.01.02	Debêntures	1.056.630	1.027.049
2.02.02	Outras Obrigações	48.972	47.889
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	46.332	45.191
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	46.332	45.191
2.02.02.02	Outros	2.640	2.698
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.640	2.698
2.02.04	Provisões	41.893	36.314
2.02.04.02	Outras Provisões	41.893	36.314
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.678	1.678
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.010	3.010
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	37.205	31.626
2.03	Patrimônio Líquido	145.472	163.220
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-78.106	-60.358

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	75.637	70.689
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-54.722	-51.302
3.03	Resultado Bruto	20.915	19.387
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.038	-6.433
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.044	-6.430
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.877	12.954
3.06	Resultado Financeiro	-40.443	-13.336
3.06.01	Receitas Financeiras	8.327	3.767
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.770	-17.103
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.566	-382
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.818	47
3.08.02	Diferido	5.818	47
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.748	-335
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.748	-335
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00080	-0,00002

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.748	-335
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-4.486
4.02.01	Perda sobre hedge de fluxo de caixa	0	-6.797
4.02.02	Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	0	2.311
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.748	-4.821

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.678	35.804
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	27.118	25.219
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-17.748	-335
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-5.818	-47
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	5.136	4.264
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	77	209
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	47.063	16.035
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	1.140	722
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	5.579	4.200
6.01.01.08	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	0	171
6.01.01.09	Rendimento de Aplicações Financeiras	-8.311	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.560	10.585
6.01.02.01	Contas a Receber	6.178	3.524
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	880	2.043
6.01.02.03	Outros Ativos	-87	-210
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	1.609	7.604
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-7	-122
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-315	-403
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-1.363	-1.105
6.01.02.08	Provisão para Demandas Judiciais - Pagamentos	0	-8
6.01.02.09	Outros Passivos	-671	-119
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-664	-619
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-27.791	-30.691
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-1.053	-91
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-32.168	-30.555
6.02.03	Provisão para Investimento em Rodovias - Pagamentos	0	-45
6.02.04	Aplicações Financeiras	-1.318	0
6.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras	6.748	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.931	-15.503
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	0	-15.503
6.03.02	Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	-3.931	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	956	-10.390
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.673	47.951
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.629	37.561

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-60.358	0	163.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-60.358	0	163.220
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.748	0	-17.748
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-17.748	0	-17.748
5.05.02.06	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-17.748	0	-17.748
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-78.106	0	145.472

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-335	-4.486	-4.821
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-335	-4.486	-4.821
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.797	-6.797
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.311	2.311
5.05.02.06	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-335	0	-335
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-24.359	-15.858	183.361

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	80.483	74.509
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	48.394	43.398
7.01.02	Outras Receitas	32.089	31.111
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	31.653	30.428
7.01.02.02	Receitas Acessórias	436	683
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-49.010	-48.610
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.484	-16.861
7.02.04	Outros	-32.526	-31.749
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-31.653	-30.428
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-796	-1.321
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-77	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	31.473	25.899
7.04	Retenções	-5.104	-4.264
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.104	-4.264
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.369	21.635
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.327	3.767
7.06.02	Receitas Financeiras	8.327	3.767
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.696	25.402
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.696	25.402
7.08.01	Pessoal	4.424	4.657
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.568	3.524
7.08.01.02	Benefícios	856	1.133
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-735	3.786
7.08.02.01	Federais	-5.148	1.608
7.08.02.03	Municipais	4.413	2.178
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.755	17.294
7.08.03.01	Juros	48.203	16.757
7.08.03.02	Aluguéis	552	537
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.748	-335
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.748	-335



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

1º Trimestre de 2014

Tópicos	Índice
Destaques	Página 1
Apresentação dos Resultados	Página 2
Sumário Executivo	Página 2
Sobre a Concessão	Página 3
Tarifas e Tráfego	Página 4
Receitas	Página 5
Custos e Despesas	Página 6
EBITDA	Página 7
Resultado Financeiro	Página 8
Principais Obras e Investimentos	Página 10
Responsabilidade Socioambiental	Página 12
Demonstrações Financeiras	Página 13

Relações com Investidores:

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

*Diretor Administrativo e Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

*Gerente de Controladoria
e de Relações com Investidores*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

***Email: ri@rodoviasdotiete.com.br
www.rodoviasdotiete.com.br/ri***

DESTAQUES

- **CRESCIMENTO DE 12,33% NO TRÁFEGO EM EIXOS EQUIVALENTES**
- **COBRANÇA DE EIXOS SUSPENSOS**
- **R\$ 44 MILHÕES DE RECEITA LÍQUIDA**
- **REDUÇÃO DE 12,79% NOS CUSTOS OPERACIONAIS**



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As informações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações não contábeis não constituem objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O 1º trimestre de 2014 foi marcado por alterações macroeconômicas no Brasil, com a alta na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC), passando de 7,16% a.a. no 1º trimestre de 2013 para 10,65% a.a. e com o índice oficial de inflação do país (IPCA) de 2,18% acumulados nos três primeiros meses de 2014, contra 1,94% no mesmo período de 2013. O Banco Central estima para o ano de 2014 um crescimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Mesmo com as incertezas no mercado, a Rodovias do Tietê está expandindo suas operações. O reflexo disso é justificado com o crescimento de 12,33% no tráfego, em eixos equivalentes. Porém, esse crescimento não impactou diretamente as receitas da Companhia, visto que em julho de 2013 não foi autorizado pela Artesp o reajuste das tarifas de pedágio, compensada parcialmente pelo início da cobrança do eixos suspensos.

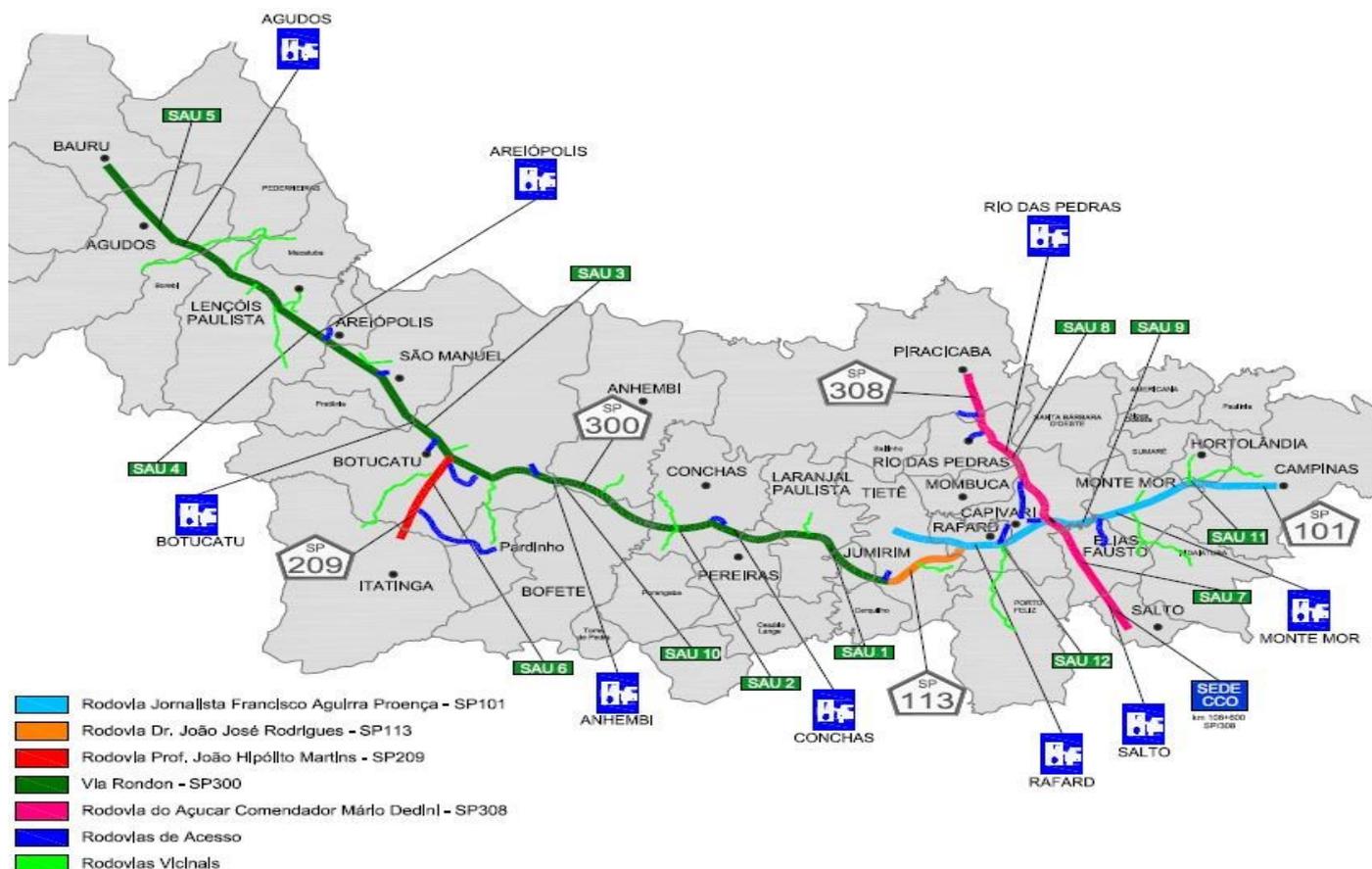
Com relação as principais obras, encontram-se em fase final a construção do Contorno de Piracicaba bem como as Duplicações da SP 101 e SP 308, o que resultará no crescimento de tráfego, além de reajustes nas tarifas de pedágio contribuindo positivamente para os resultados da Concessionária.

SOBRE A CONCESSÃO

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





TARIFAS

Em Julho de 2013, não houve reajuste das tarifas de pedágio, sendo compensado em parte pelo início da cobrança de eixos suspensos.

Praça	Localização	Veículo de Passeio	Eixo Comercial	Motocicletas
1	Monte Mor (SP-101)	R\$ 4,70	R\$ 4,70	R\$ 2,35
2	Rafard (SP -101)	R\$ 3,70	R\$ 3,70	R\$ 1,85
3	Conchas (SP-300)	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 2,50
4	Anhembi (SP-300)	R\$ 5,60	R\$ 5,60	R\$ 2,80
5	Botucatu (SP-300)	R\$ 3,90	R\$ 3,90	R\$ 1,95
6	Areiópolis (SP-300)	R\$ 4,40	R\$ 4,40	R\$ 2,20
7	Agudos (SP-300)	R\$ 4,30	R\$ 4,30	R\$ 2,15
8	Salto (SP-308)	R\$ 2,50	R\$ 2,50	R\$ 1,25
9	Rio das Pedras (SP-308)	R\$ 3,80	R\$ 3,80	R\$ 1,90

TRÁFEGO

- ⇒ Crescimento de 12,33% de Eixos Equivalentes comparando-se o 1º trimestre de 2014 e o 1º trimestre de 2013.
- ⇒ No 1º trimestre de 2014 verifica-se uma transferência no tráfego da CRT, com perda de veículos comerciais leves (2 e 3 eixos) e crescimento de veículos comerciais pesados (4 ou mais eixos). Esta transferência tende-se a acentuar com a prática e fiscalização da Lei 12.619 (Estatuto dos Motoristas), que torna o frete de veículos comerciais mais caro devido aos encargos trabalhistas (limite de horas de trabalho), levando as transportadoras a optarem por veículos com maior capacidade de transporte.

Veículos (em eixos equivalentes)	1º Trim. 2014	1º Trim. 2013	Variação (em %)
Passeio	4.919.201	4.722.977	4,15%
Comerciais Leves	2.450.924	2.605.754	(5,94)%
Comerciais Pesados	4.487.575	3.227.683	39,03%
TOTAL	11.857.700	10.556.414	12,33%

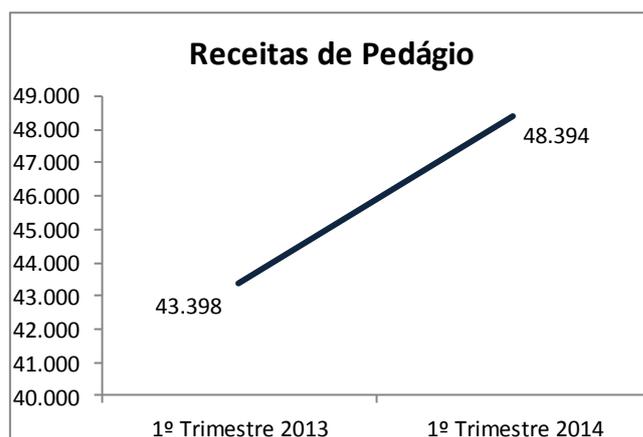
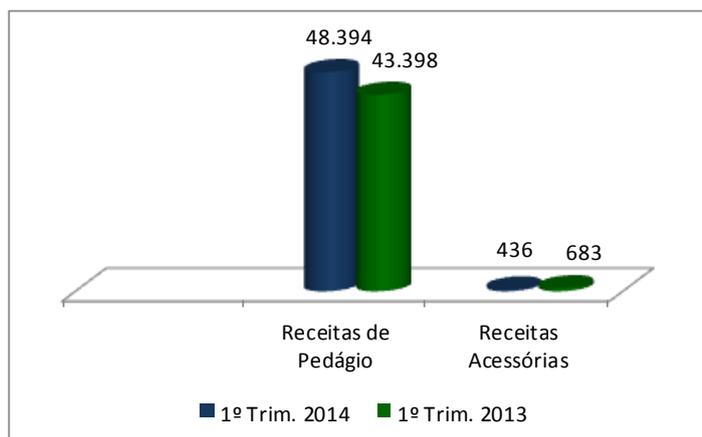
RECEITAS

A Concessionária obteve, no 1º trimestre de 2014, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 48.394 mil (R\$ 43.398 mil no mesmo período de 2013). Arrecadou, também, R\$ 436 mil no 1º trimestre de 2014 (R\$ 683 mil no mesmo período de 2013) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 4.846 mil no 1º trimestre de 2014 e R\$ 3.820 mil no 1º trimestre de 2013.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no 1º trimestre de 2014, R\$ 31.653 mil de receita de construção contra R\$ 30.428 mil no mesmo período de 2013 com contrapartida nos custos de construção.

De acordo com o CPC30 - Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Receitas (em R\$ mil)	1º Trim.2014	1º Trim. 2013	Varição (em %)
Receitas de Pedágio	48.394	43.398	11,51%
Receitas Acessórias	436	683	(36,16)%
Impostos sobre Receitas	(4.846)	(3.820)	26,86%
Receitas Operacionais	43.984	40.261	9,25%
Receitas de Construção	31.653	30.428	4,03%
TOTAL	75.637	70.689	7,00%



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas (em R\$ mil)	1º Trim. 2014	1º Trim. 2013	Variação (em %)
Despesas de Pessoal	(3.958)	(3.938)	0,51%
Serviços de Terceiros	(2.283)	(3.645)	(37,37)%
Manutenção e Conservação	(7.054)	(6.612)	6,68%
Seguros e Garantias	(925)	(2.022)	(54,25)%
Ônus Variável	(796)	(1.321)	(39,74)%
Outros	(1.414)	(1.302)	8,60%
Custos e Despesas Operacionais	(16.430)	(18.840)	(12,79)%
Depreciação e Amortização	(5.104)	(4.264)	19,70%
Custo do Serviço de Construção	(31.653)	(30.428)	4,03%
Provisões para Manutenção (IFRS)	(5.579)	(4.200)	32,83%
TOTAL	(58.766)	(57.732)	1,79%

No 1º trimestre de 2014, houve uma redução de 12,79% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 18.840 mil no 1º trimestre de 2013 para R\$ 16.430 mil no 1º trimestre de 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Serviços de Terceiros - 37,37%: principalmente pela readequação dos contratos de conservação de rotina.
- ⇒ Seguros e Garantias - 54,25%. principalmente pelos menores prêmios de seguros comparado ao 1º trimestre de 2013.
- ⇒ Ônus Variável - 39,74%: resultante da deliberação da ARTESP de desconto de 50% no pagamento do Ônus Variável sobre as receitas.
- ⇒ Os custos com depreciação e amortização foram 19,70% maiores devido ao crescimento da curva de tráfego utilizada para este cálculo. Os custos com serviços de construção resultam dos maiores investimentos em 2014. Já as provisões para manutenção referem-se ao provisionamento para os recapeamentos e troca de sinalização que ocorrerão a partir de 2017.



EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	1º Trim. 2014	1º Trim. 2013	Varição (em %)
Resultado Líquido do Período	(17.748)	(335)	5.197,91%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(5.818)	(47)	12.278,70%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	40.443	13.336	203,26%
(+/-) Depreciação e Amortização	5.104	4.264	19,70%
EBITDA	21.981	17.218	27,66%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	5.579	4.200	32,83%
EBITDA AJUSTADO	27.560	21.418	26,68%
MARGEM EBITDA AJUSTADO	62,66%	53,20%	9,46 p.p.

No 1º trimestre de 2014, houve um aumento de 26,68% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 21.418 mil no 1º trimestre de 2013 para R\$ 27.560 mil no 1º trimestre de 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Receitas de Pedágio: aumento de 10,6% devido ao crescimento de tráfego e início da cobrança dos eixos suspensos.
- ⇒ Custos Operacionais: reduções de Serviços de Terceiros e de Seguros e Garantias, 37,37% e 54,24% respectivamente.
- ⇒ A análise da Margem EBITDA mostra um aumento de 9,46 pontos percentuais principalmente pelo aumento das receitas operacionais e redução dos custos operacionais.



RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do 1º trimestre de 2014 comparado ao 1º trimestre de 2013, está assim composto:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	1º Trim. 2014	1º Trim. 2013	Variação (em %)
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(47.063)	(16.035)	194%
Juros sobre Mútuo	(1.140)	(722)	58%
Outras Despesas Financeiras	(567)	(346)	64%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(48.770)	(17.103)	185%
Receitas Financeiras	8.327	3.767	121%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(40.443)	(13.336)	203%

No 1º trimestre de 2014, houve um acréscimo de 203% no Resultado Financeiro que passou de R\$ 13.336 mil no 1º trimestre de 2013 para R\$ 40.443 mil no 1º trimestre de 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Juros: substituição das notas promissórias de curto prazo para as debêntures de longo prazo. No 1º trimestre de 2013, a principal dívida da Concessionária era formada por 600 notas promissórias no montante de R\$ 600 milhões, com vencimento em Agosto de 2013. Já no 1º trimestre de 2014, o endividamento da Concessionária é formado, principalmente, por debêntures com vencimento em 15 anos no montante de R\$ 1.065 milhões, emitidas em Junho de 2013.
- ⇒ Receitas Financeiras: principalmente pelo maior caixa excedente com a emissão de Debêntures.

DEBÊNTURES

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures serão remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento ocorreu em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil.

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Contorno de Piracicaba

Com início em abril de 2011, o Contorno de Piracicaba irá inserir o município em uma nova e importante realidade, já que é uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão a obra melhorará significativamente o tráfego na região, já que parte dos caminhões terá outra opção de trajeto, por fora do município. A mudança facilitará também o escoamento de produções e aumentará a fluidez dos veículos da cidade.

O valor investido na obra será de R\$ 78 milhões e interligará a SP-308 (Rodovia do Açúcar – Salto a Piracicaba) com a SP-304 (Rodovia Luiz de Queiroz—Piracicaba a Americana) e SP-127 (Rodovia Cornélio Pires – Piracicaba a Rio Claro), passando pela SP-147 (Rodovia Deputado Laércio Cortes – Piracicaba a Limeira). A previsão de término da obra é em setembro de 2014 e prevê-se um de fluxo de 12 mil veículos/dia.



Duplicação da SP-101

A primeira etapa de ampliação da rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101) – que liga Campinas a Capivari – foi concluída e entregue em maio de 2013 com 3,24 quilômetros de vias duplicadas (km 11+400 ao 14+640), dispositivo de acesso e retorno no km 13+500, duas passarelas e quatro pontos de ônibus, com investimento total de R\$ 11,6 milhões.

A segunda fase da duplicação da SP-101, entre os km 14+640 e km 25+700, está em andamento desde setembro de 2013. Com investimento de R\$ 39 milhões, a obra é de alta complexidade, pois é realizada em trecho densamente urbanizado. Estão em construção duas pontes – uma sobre o rio Capivari e outra sobre o Córrego Aterrado –, cinco passarelas (duas já entregues), dez pontos de ônibus e quatro novos dispositivos de acesso e retorno. A previsão de término da obra é em setembro de 2014.

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Duplicação da SP-308

A duplicação da Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), que liga Salto a Piracicaba ocorrerá em 2 etapas. A primeira com início em 2012 e término previsto para setembro de 2014 compreende o trecho entre Piracicaba e Capivari, são 25,8 quilômetros em duplicação, além da construção de seis dispositivos de acesso e retorno, com orçamento de R\$ 67 milhões. O segundo trecho terá início em 2015 e término previsto para 2016.



Demais Obras em Andamento em 2014

- ⇒ Implantação de Passarelas na SP 101: investimento de R\$ 2,4 milhões
- ⇒ Melhoria em Dispositivos na SP 300: investimento de R\$ 7 milhões

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social - Valorização da Vida

A concessionária deu continuidade, no 1º trimestre de 2014, às campanhas iniciadas em 2013: Abrace a Vida - motociclista, Abrace a Vida - pedestre e Abrace o Trânsito - escola.

Como parte do Programa de Redução de Acidentes, as ações visam à redução do número de acidentes com motociclistas e pedestres e a orientação de crianças sobre segurança no trânsito. No ano de 2013, houve redução de 22,3% das vítimas fatais no trecho sob a concessão da empresa.

As campanhas têm parceria da Associação Brasileira de Distribuidores Honda (AssoHonda), material didático, spots nas rádios CBN Campinas e Onda Livre de Piracicaba, cartazes e folhetos afixados e distribuídos em parceria com a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU), 48 faixas instaladas ao longo das rodovias, eventos com checkup mecânico básico em motos e palestras ministradas em empresas.

O Abrace o Trânsito - Escola foi criado para conscientizar as crianças sobre os riscos do trânsito, pois além de usuárias são excelentes multiplicadoras do conhecimento. As primeiras edições foram realizadas com alunos de 9 a 12 anos da rede municipal de Salto e foram estendidas para o município de Elias Fausto. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras orientativas e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

Meio Ambiente

No ano de 2013 foi iniciado o plantio de 119 mil mudas de árvores, cumprindo o Termo de Recuperação Ambiental que define a compensação verde às obras de duplicação das rodovias, de implantação de dispositivos de acesso e retorno e recuperação de acostamento.

No 1º trimestre de 2014 houve continuidade da ação de doação e plantio de mudas de árvores. O município de Hortolândia foi beneficiado com a doação de 1.246 mudas de árvores de 12 diferentes espécies.

Além do plantio e preservação de mudas e vegetação, a empresa mantém as rodovias limpas. No 1º trimestre de 2014 foram retiradas 148,3 toneladas de lixo comum.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (em R\$ mil)	31/03/2014	31/12/2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.626	2.673
Aplicações financeiras vinculadas	114.287	93.262
Contas a receber	10.581	16.579
Despesas antecipadas	1.183	2.018
Tributos a recuperar	6.118	5.454
Outros ativos	1.340	1.253
	137.138	121.419
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	236.680	254.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.836	27.018
Despesas antecipadas	194	239
Imobilizado	9.643	9.030
Intangível	960.390	932.918
	1.239.743	1.224.043
Total do Ativo	1.376.881	1.345.462

PASSIVO (em R\$ mil)	31/03/2014	31/12/2013
Fornecedores e prestadores de serviços	24.173	22.564
Empréstimos	33.886	37.797
Debêntures	20.167	3.336
Credor pela concessão	250	257
Obrigações tributárias	1.927	2.242
Obrigações trabalhistas	2.374	3.737
Provisões	906	829
Outros passivos	251	228
Passivo Circulante	83.914	70.990
Provisões	41.893	36.314
Debêntures	1.056.630	1.027.049
Mútuos a pagar a partes relacionadas	46.332	45.191
Outros passivos	2.640	2.698
Passivo Não Circulante	1.147.495	1.111.252
Total do passivo	1.231.409	1.182.242
Capital social	223.578	223.578
Prejuízos acumulados	(78.106)	(60.358)
Total do patrimônio líquido	145.472	163.220
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.376.881	1.345.462



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ mil)	31/03/2014	31/03/2013
Receita operacional líquida	75.637	70.689
Custos dos serviços prestados	(54.722)	(51.302)
Lucro bruto	20.915	19.387
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas	(4.044)	(6.430)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6	(3)
	(4.038)	(6.433)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	16.877	12.954
Despesas financeiras	(48.770)	(17.103)
Receitas financeiras	8.327	3.767
	(40.443)	(13.336)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(23.556)	(382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.818	47
Prejuízo do exercício	(17.748)	(335)



FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA (em R\$ mil)	31/03/2014	31/03/2013
Prejuízo do exercício	(17.748)	(335)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.818)	(47)
Depreciação e amortização	5.136	4.264
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	77	209
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos	47.063	16.035
Perda em operação com derivativo	-	171
Rendimento de aplicações financeiras	(8.311)	-
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	1.140	722
Provisão para demandas judiciais		
Provisão para manutenção em rodovias	5.579	4.200
Fluxos de caixa das atividades operacionais	27.118	25.219
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	6.178	3.524
Despesas antecipadas	880	2.043
Tributos a recuperar	(664)	(619)
Outros ativos	(87)	(210)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	1.609	7.604
Credor pela concessão - ônus variável	(7)	(122)
Obrigações tributárias	(315)	(403)
Obrigações trabalhistas	(1.363)	(1.105)
Provisão para demandas judiciais – pagamentos	-	(8)
Outros passivos	(671)	(119)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	32.678	35.804
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(1.318)	-
Resgate de aplicações financeiras	6.748	-
Investimentos no ativo imobilizado	(1.053)	(91)
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos	-	(45)
Investimentos no ativo intangível	(32.168)	(30.555)
Caixa líquido usada nas atividades de investimento	(27.791)	(30.691)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de notas promissórias e financiamentos (principal)	-	(15.503)
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(3.931)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(3.931)	(15.503)
Acréscimo (decréscimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	956	(10.390)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.673	47.951
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.629	37.561

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi de R\$517 milhões. Com as correções dos valores das parcelas pelo IPCA, conforme determinado pelo Contrato de Concessão, o valor total da outorga fixa passou a ser de R\$542 milhões, o qual foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”. Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio e de receitas acessórias. Conforme mencionado na nota Nº 24, o percentual aplicável sobre a receita bruta referente ao ônus variável foi revisto em julho de 2013 passando a ser de 1,5%. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, totalizando 415 km, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. A Companhia administra também a SP-308 que liga Piracicaba à Salto, SP-101 entre Tietê e Campinas, SP-113 entre Tietê e Rafard e SP-209 que liga a Rodovia Marechal Rondon à Rodovia Castello Branco em Botucatu.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,

Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de março de 2014, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$1.093 milhões (R\$2.234 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2014.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2014.

Normas, alterações e interpretações de normas

No trimestre findo em 31 de março de 2014, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.13 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações contábeis intermediárias do referido período.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponibilidades	2.180	1.170
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(i) 1.449	1.503
	<u>3.629</u>	<u>2.673</u>

- (i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante	114.287	93.262
Não circulante	236.680	254.838
	<u>350.967</u>	<u>348.100</u>

A Companhia mantém aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 12). Estas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico a receber	8.854	11.338
Cartões de pedágio a receber	747	541
Receitas acessórias	73	4.447
Valores em trânsito	907	433
	<u>10.581</u>	<u>16.759</u>
Circulante	<u>10.581</u>	<u>16.759</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	40.966	31.553
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	571	571
Provisão para participação nos lucros	168	655
Outras provisões	-	148
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	12.787	10.753
Provisão para investimentos em rodovias	6.125	1.305
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	-	3.332
	<u>60.617</u>	<u>48.317</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (i):		
Amortização – curva de tráfego (ii)	<u>(27.781)</u>	<u>(21.299)</u>
	<u>(27.781)</u>	<u></u>
Líquido	<u>32.836</u>	<u>27.018</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Em 31 de março de 2014, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$120.488 (R\$92.803 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de março de 2014 nos seguintes exercícios sociais:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	<u>31/03/2014</u>
2017	4.854
2018	4.771
2019	6.207
2020	17.301
2021	27.484
	<u>60.617</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2014. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados em decorrência da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período:

	<u>Trimestre findo em 31/03/2014</u>	<u>Trimestre findo em 31/03/2013</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(23.566)	(382)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	8.012	130
Ajuste para demonstração da taxa efetiva: Diferenças permanentes	(2.194)	(83)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do trimestre	<u>5.818</u>	<u>47</u>
Alíquota efetiva	<u>25%</u>	<u>12%</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

8. Imobilizadoa) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/03/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	681	(183)	498	515
Equipamentos de informática	20	3.251	(1.862)	1.389	1.672
Equipamentos de telefonia	20	197	(101)	96	105
Terrenos	-	84	-	84	84
Edifícios	3,8	6.380	(321)	6.059	6.109
Outros	10 a 20	1.987	(470)	1.517	545
		12.580	(2.937)	9.643	9.030

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

O saldo de edifícios refere-se ao centro de controle operacional e sede da Companhia na cidade de Salto/SP.

b) Movimentação

	Trimestre findo em 31 de março de 2014		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Móveis e utensílios	681	-	681
Equipamentos de informática	3.246	5	3.251
Equipamentos de telefonia	197	-	197
Terrenos	84	-	84
Edifícios	6.366	14	6.380
Outros	953	1.034	1.987
	11.527	1.053	12.580
Depreciação			
Móveis e utensílios	(166)	(17)	(183)
Equipamentos de informática	(1.574)	(288)	(1.862)
Equipamentos de telefonia comercial	(92)	(9)	(101)
Edifícios	(257)	(64)	(321)
Outros	(408)	(62)	(470)
	(2.497)	(440)	(2.937)
Líquido	9.030	613	9.643

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Trimestre findo em 31 de março de 2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	709	-	(26)	683
Equipamentos de informática	2.325	91	-	2.416
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Terrenos	84	-	-	84
Edifícios	6.175	-	(9)	6.166
Adiantamentos a fornecedores	203	-	-	203
Outros	929	-	(1)	928
	10.622	91	(36)	10.677
Depreciação				
Móveis e utensílios	(99)	(17)	8	(108)
Equipamentos de informática	(1.094)	(116)	-	(1.210)
Equipamentos de telefonia comercial	(52)	(10)	-	(62)
Edifícios	-	(62)	-	(62)
Outros	(235)	(46)	-	(281)
	(1.480)	(251)	8	(1.723)
Líquido	9.142	(160)	(28)	8.954

9. Intangível

a) Composição

		31/03/2014			31/12/2013
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(43.596)	498.648	501.479
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	137.765	(9.354)	128.411	127.418
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	196.689	(7.138)	189.551	186.371
Serviços de construção - em andamento	(iii)	138.339	-	138.339	112.127
Outros	(iv)	5.522	(546)	4.976	5.005
Direito de uso de software		1.150	(685)	465	519
		1.021.709	(61.319)	960.390	932.918

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 12.b).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação

a) Composição--Continuação

- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 12.b).

b) Movimentação

	Trimestre findo em 31 de março de 2014			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Transferências	
Custo				
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	0
Gastos iniciais da concessão	136.047	-	1.718	137.765
Serviços de construção - obras concluídas	192.451	506	3.732	196.689
Serviços de construção - em andamento	112.127	31.662	(5.450)	138.339
Outros	5.522	-	-	5.522
Direito de uso de software	1.150	-	-	1.150
	989.541	32.168	-	1.021.709
Amortização				
Direito de outorga da concessão	(40.765)	(2.832)	-	(43.597)
Direito de exploração da infraestrutura	-	-	-	-
Gastos iniciais da concessão	(8.629)	(725)	-	(9.354)
Serviços de construção - obras concluídas	(6.080)	(1.058)	-	(7.138)
Outros	(517)	(28)	-	(545)
Direito de uso de software	(632)	(53)	-	(685)
	(56.623)	(4.696)	-	(61.319)
Líquido	932.918	27.472	-	960.390

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Trimestre findo em 31 de março de 2013				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	111.548	242	(17)	16.802	128.575
Serviços de construção - obras concluídas	125.173	-	(91)	(9.077)	116.005
Serviços de construção - em andamento	66.198	31.113	(35)	(7.725)	89.551
Outros	5.522	-	-	-	5.522
Direito de uso de software	954	-	-	-	954
	<u>851.639</u>	<u>31.355</u>	<u>(143)</u>	<u>-</u>	<u>882.851</u>
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(29.903)	(2.729)	-	-	(32.632)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(5.694)	(639)	-	-	(6.333)
Serviços de construção - obras concluídas	(3.448)	(574)	-	-	(4.022)
Outros	(381)	(28)	-	-	(409)
Direito de uso de software	(426)	(43)	-	-	(469)
	<u>(39.852)</u>	<u>(4.013)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(43.865)</u>
Líquido	<u>811.787</u>	<u>27.342</u>	<u>(143)</u>	<u>-</u>	<u>838.986</u>

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$512 (R\$800 em 31 de março de 2013). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 31 de março de 2014, foi de 1,64%, que representa a taxa efetiva de juros das debêntures no período, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

10. Empréstimos

Em 31 de março de 2014, o saldo registrado no montante de R\$33.866 (R\$37.797 em 31 de dezembro de 2013) na rubrica de "Empréstimos", no passivo circulante, corresponde ao capital de giro junto ao Banco Itaú S.A, contratado em 5 de julho de 2013 e com vencimento em 30 de junho de 2014. Os juros do financiamento correspondem a CDI +3% a.a. De acordo com a modalidade deste financiamento, não há ativos dados em garantia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

11. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Remuneração fixa (1)	(309)	(230)
Remuneração variável (2)	(156)	(489)
	<u>(465)</u>	<u>(719)</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Referem-se à participação nos resultados.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 17.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras nos trimestres</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	23.165	22.595	570	361
Ascendi International Holding B.V.	23.167	22.596	570	361
	<u>46.332</u>	<u>45.191</u>	<u>1.140</u>	<u>722</u>

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores.

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

12. Provisões

	31/03/2014	31/12/2013
Provisão para demandas judiciais	1.678	1.678
Provisão para investimentos em rodovias	3.916	3.839
Provisão para manutenção em rodovias	37.205	31.626
	42.799	37.143
Circulante	(906)	(829)
Não circulante	41.893	36.314

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 foi como segue:

	Trimestre findo em 31 de março de 2014		
	Saldo inicial	Movimentação	
		Saldo final	
Trabalhistas	274	-	274
Cíveis	1.404	-	1.404
	1.678	-	1.678

	Trimestre findo em 31 de março de 2013		
	Saldo inicial	Reversão	
		Saldo final	
Trabalhistas	331	(8)	323
Cíveis	1.355	-	1.355
	1.686	(8)	1.678

Os valores utilizados referem a pagamentos efetuados, baixados em contrapartida da provisão. Os valores não utilizados revertidos durante o período foram registrados em contrapartida de despesas gerais e administrativa, na demonstração do resultado.

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

12. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de março de 2014, a Companhia possui o equivalente a R\$2.120 de causas trabalhistas e R\$7.788 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas informações contábeis intermediárias.

A Companhia é autora em processos de desapropriações, nos quais estão sendo discutidos se haverá valores adicionais a serem pagos a título de indenização aos antigos proprietários, cuja posse da propriedade será transmitida ao poder público.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa n° 9. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos nos trimestres foi como segue:

	Trimestre findo em 31 de março de 2014				
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo Final
Provisão para investimentos	3.839	77	-	-	3.916
Ajuste a valor presente (AVP)	-	-	-	-	-
	3.839	77	-	-	3.916

	Trimestre findo em 31 de março de 2013				
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo final
Provisão para investimentos	8.144	159	-	(45)	8.258
Ajuste a valor presente (AVP)	(66)	-	50	-	(16)
	8.078	159	50	(45)	8.242

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para investimentos em rodovias é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

12. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflita a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A Companhia revisa anualmente a estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente. A remensuração na provisão foi contabilizada em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto pela OCPC 05.

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2014</u>
2014	906
2016	3.010
	<u>3.916</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

É constituída com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	<u>Trimestre findo em 31 de março de 2014</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para manutenção	46.758	7.118	53.876
Ajuste a valor presente (AVP)	(15.132)	(1.539)	(16.671)
Saldo	<u>31.626</u>	<u>5.579</u>	<u>37.205</u>
	<u>Trimestre findo em 31 de março de 2013</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para manutenção	21.620	6.175	27.795
Ajuste a valor presente (AVP)	(8.460)	(1.975)	(10.435)
Saldo	<u>13.160</u>	<u>4.200</u>	<u>17.360</u>

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

12. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a taxa utilizada foi de 8% ao ano.

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2014</u>
2017	16.426
2018	11.349
2019	5.059
2020	1.588
2021	2.783
	<u>37.205</u>

13. Debêntures

Emissão de Debêntures não conversíveis

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”), por meio do convênio entre a CVM e a ANBIMA celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008, conforme alterado, e em observância ao disposto no “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas”.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de Reais)

13. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis—Continuação

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da *U.S. Securities Act of 1933* para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144A* editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S*, editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures serão remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

As debêntures possuem certas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- (a) Pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio (incluindo juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento do dividendo mínimo) ou qualquer outra participação nos resultados, ou realização de qualquer forma de distribuição ou transferência de recursos a seus acionistas;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

13. Debêntures--Continuação

- (b) Concessão de mútuo, empréstimo, adiantamento ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, exceto adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios;
- (c) Redução do capital social da Companhia ou resgate de ações da Companhia, exceto se previamente aprovado: (i) pelo Poder Concedente; e (ii) por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (d) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a totalidade das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (e) Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira (neste último caso após transcorrido os prazos de cura previstos no respectivo contrato, se algum) a que estejam sujeitas a Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000 (ou seu equivalente em outras moedas);

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

13. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (f) Alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de forma direta ou indireta, exceto se (i) houver anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim com relação à referida alienação, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação; ou (ii) a Atlantia S.p.A. e a Ascendi Group SGPS, S.A. permanecerem como as sociedades controladoras finais, nas mesmas proporções detidas no capital social da Companhia na data de assinatura da Escritura de Emissão ou em proporções distintas, desde que referida diferença resulte exclusivamente da diluição de uma das controladoras finais pela outra em virtude da subscrição e integralização, direta ou indireta, de novas ações de emissão da Companhia;
- (g) Cisão, fusão ou incorporação da Companhia, incluindo incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Companhia sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) Contratação pela Companhia de empréstimos, financiamentos, adiantamentos de recursos ou qualquer outra forma de operação de crédito não existentes na data de emissão das debêntures, que não possam ser classificados como um empréstimo para capital de giro ou um empréstimo subordinado ou pagamento pela Companhia de empréstimo subordinado ou empréstimo para capital de giro;
- (i) Celebração de qualquer contrato de parceria, associação ou *joint venture* envolvendo o Projeto de Investimento, que restrinja os direitos da Companhia em relação ao Projeto de Investimento e/ou às receitas dele decorrentes, incluindo, sem limitação, os Bens e Direitos Cedidos;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

13. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (j) Constituição e/ou prestação pela Companhia, de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) onerações decorrentes de leis; (ii) onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; (iii) oneração constituídas em razão dos investimentos previstos no Contrato de Concessão; ou (iv) as garantias que serão prestadas no âmbito da emissão de debêntures, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (k) Alienação total ou parcial de equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 2/3 dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, excetuando-se as alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, cujos montantes sejam inferiores a 2% do ativo não circulante da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras anuais ou intercalares disponíveis da Companhia, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das debêntures;
- (l) Alteração dos direitos das ações de emissão da Companhia existentes na data de assinatura da Escritura de Emissão e/ou emissão de ações preferenciais, partes beneficiárias e/ou de qualquer outro título ou valor mobiliário que conceda preferência no reembolso do capital ou conceda direito de participação nos lucros da Companhia;
- (m) Celebração de novos contratos ou realização de qualquer tipo de transação com partes relacionadas à Companhia, exceto quando o engenheiro independente verificar e neste sentido informar o agente fiduciário que referida celebração de contrato ou realização de transação está sendo contratada em condições iguais de concorrência de mercado; e

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

13. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (n) Não observância dos índices, a serem acompanhados semestralmente pelo agente fiduciário, com base nas informações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras, revisadas ou auditadas por auditor independente, e fornecidas ao Agente Fiduciário nos termos dos itens (i) e (ii) abaixo
- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") igual ou superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) e calculado, a partir (e inclusive) do semestre encerrado em 30 de junho de 2015 até a data de vencimento;
- (ii) relação entre dívida financeira e capital total de até (a) 85/15 desde a data de liquidação das debêntures até 31 de dezembro de 2018, (b) 75/25 de 31 de dezembro de 2018 até a data de vencimento.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.114.460	1.090.262
Remuneração (juros)	24.429	3.336
Custo com emissão	<u>(62.198)</u>	<u>(63.213)</u>
	1.076.797	1.030.385
Circulante	<u>(20.167)</u>	<u>(3.336)</u>
Não circulante	<u>1.056.630</u>	<u>1.027.049</u>

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de março de 2014 e 31 dezembro de 2013, o capital social está representado por 22.357.847.595 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Atlantia Bertin Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.178.923.798
		<u>22.357.847.595</u>

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital autorizado da Companhia era de R\$279.000.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

a) Capital Social--Continuação

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% para constituição de reserva legal. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

b) Distribuição de lucros--Continuação

MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em função de não ter feito distribuição de lucro ou juros sobre o capital próprio até 31 de dezembro de 2013, a Companhia concluiu que aplicação da MP 627 e IN 1.397 não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

15. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio	48.394	43.398
Receita de serviços de construção	31.653	30.428
Receitas acessórias	436	683
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(4.846)</u>	<u>(3.820)</u>
	<u>75.637</u>	<u>70.689</u>

As receitas de serviços de construção são calculadas com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras. Consequentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

15. Receita operacional líquida--Continuação

Reajuste das tarifas de pedágio

Foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 27 de Setembro de 2013, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IPCA, conforme termos originais do Contrato de Concessão, porém com repasse zero aos usuários das rodovias.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; e (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras.

16. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Com pessoal	(3.958)	(3.938)
Serviços de terceiros	(2.283)	(3.645)
Depreciação e amortização	(5.104)	(4.264)
Ônus variável da concessão	(796)	(1.321)
Manutenção e conservação	(7.054)	(6.612)
Custo dos serviços de construção	(31.653)	(30.428)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(5.579)	(4.200)
Seguros e garantias	(925)	(2.022)
Honorários da administração (Nota 12.a)	(465)	(719)
Outros	(949)	(583)
	<u>(58.766)</u>	<u>(57.732)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(54.722)	(51.302)
Despesas gerais e administrativas	(4.044)	(6.430)
	<u>(58.766)</u>	<u>(57.732)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

17. Resultado financeiro

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias ou debêntures	(47.063)	(16.035)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(1.140)	(722)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(77)	(209)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(238)	(13)
Outras	(252)	(124)
	<u>(48.770)</u>	<u>(17.103)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.311	514
Ganho realizado em operação com derivativo	-	3.018
Outras	16	235
	<u>8.327</u>	<u>3.767</u>
Resultado financeiro	<u>(40.443)</u>	<u>(13.336)</u>

18. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Salários e encargos sociais	3.568	3.822
Benefícios previstos em lei	363	342
Benefícios adicionais	493	493
	<u>4.424</u>	<u>4.657</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

19. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Numerador:		
Prejuízo do trimestre	<u>(17.748)</u>	<u>(335)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>22.357.847.595</u>	<u>22.357.847.595</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,000794)	(0,000015)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, debêntures e mútuos a pagar a partes relacionadas.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de março de 2014, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (que é afetado substancialmente pelo impacto da variação da taxa média do CDI sobre as aplicações financeiras e mútuos a pagar a partes relacionadas e IPCA sobre debêntures).

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – Provável:

- ✓ CDI – taxa de 10,55% ao ano, observada no fechamento de 31 de março de 2014, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo ano.
- ✓ IPCA - variação de 6,15% nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 31 de março de 2014, divulgada pela BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro	Risco			
Empréstimos Capital de Giro	Aumento do CDI	3.573	4.466	5.359
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.888	6.110	7.332
Debêntures	Aumento do IPCA	152.352	168.906	185.460
Passivo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Empréstimos Capital de Giro	Aumento do CDI	2.358	2.948	3.537
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	3.226	4.033	4.839
Debêntures	Aumento do IPCA	100.552	111.478	122.404
Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	37.027	27.770	18.514
Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	24.438	18.328	12.219

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o valor registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o valor registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas--Continuação

Segue abaixo a composição de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira e aplicações financeiras vinculadas:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco Bradesco	11	126
Banco do Brasil	-	29
Banco Itaú	3.477	2.364
Banco BTG Pactual	350.967	348.100
Fundo fixo de caixa	142	153
Total	<u>354.597</u>	<u>350.773</u>
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	350.968	348.100
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	3.629	2.673
Total	<u>354.597</u>	<u>350.773</u>

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2014 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	<u>Menos de 3 Meses</u>	<u>De 04 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Fornecedores e prestadores de serviços	24.173	-	-	24.173
Debêntures	20.167	-	1.056.630	1.076.797
Credor pela concessão	250	-	-	250
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	46.332	46.332
Total	<u>44.590</u>	<u>-</u>	<u>1.102.962</u>	<u>1.147.552</u>

Conforme mencionado na Nota 14, em 05 de julho de 2013, a Companhia concluiu, com sucesso, a emissão de debêntures, que proporcionou alongamento da dívida.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

d) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os mútuos a pagar a partes relacionadas, empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos	33.866	37.797
Mútuos a pagar a partes relacionadas	46.332	45.191
Debêntures	1.076.797	1.030.385
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.629)	(2.673)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(350.967)	(348.100)
Dívida líquida	<u>802.399</u>	<u>762.600</u>
Patrimônio líquido	<u>147.244</u>	<u>162.220</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>949.643</u>	<u>924.820</u>

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações contábeis intermediárias.

	<u>31/03/2014</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	3.629	3.629
Aplicações financeiras vinculadas	350.967	350.967
Contas a receber (Nota 5)	10.581	10.581
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	24.173	24.173
Empréstimos	33.866	33.866
Debêntures	1.076.797	1.138.846
Credor pela concessão	250	250
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	46.332	46.332

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

	31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.673	2.673
Aplicações financeiras vinculadas	348.100	348.100
Contas a receber (Nota 5)	16.759	16.759
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	22.564	22.564
Credor pela concessão	257	257
Empréstimos	37.797	37.797
Debêntures	1.091.479	1.155.156
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	45.191	45.191

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores e prestadores de serviços e credor pela concessão se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos mútuos a pagar a partes relacionadas se aproxima de seu respectivo valor contábil, uma vez que são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 0,5% ao mês e não possuem data de vencimento.
- Taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 0,5% ao mês e não possuem data de vencimento.
- O valor justo das debêntures era obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de Reais)

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos e passivos avaliados a valor justo

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui ativos e passivos avaliados a valor justo.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.295.043
	Responsabilidade civil	35.000
	Riscos de engenharia	193.706
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	71.878
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	134.447

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23. Informações complementares dos fluxos de caixa

	31/03/2014	31/12/2013
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	512	3.022

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 5 de maio de 2014

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete

Contador CRC 1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2014.

Salto, 05 de Maio de 2014.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, e

Salto, 05 de Maio de 2014.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Diretor Administrativo Financeiro